



Concurso Público para provimento de cargo de
Analista Ministerial
Área Ciências Contábeis

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AB', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno ao fiscal, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

Um dos poemas mais notáveis da língua inglesa é dedicado por Edgar Allan Poe a uma mulher a quem deu o nome de Helena. Seria ela efetivamente, para o poeta, uma encarnação da princesa homérica? Seja qual for a resposta, em seu poema ele lhe dizia que sua beleza era maior do que a de uma mortal. Ao contemplá-la, ele tinha consciência de reviver acontecimentos passados, que ainda lhe eram presentes e familiares, pois assim se via transportado de volta "à glória que foi a Grécia e à grandeza que foi Roma".

Esses versos tornaram-se um clichê usado para exprimir o que se considera um irreversível compromisso entre o passado e o presente. Eis aí duas culturas, a grega e a romana, que na Antiguidade se reuniram para criar uma civilização comum, a qual continua existindo como um fato histórico no interior de nossa própria cultura contemporânea. O clássico ainda vive e se move, e mantém seu ser como um legado que provê o fundamento de nossas sensibilidades. Poe certamente acreditava nisso; e é possível que isso em que ele acreditava ainda seja por nós obscuramente sentido como verdadeiro, embora não de modo consciente.

Se Grécia e Roma foram, para Poe, uma espécie de casa, em cujos familiares cômodos ele gostava de morar, se Roma e Grécia têm ainda alguma realidade atual para nós, esse estado de coisas funda-se num pequeno fato tecnológico. A civilização dos gregos e romanos foi a primeira na face da terra fundada na atividade do leitor comum; a primeira capaz de dar à palavra escrita uma circulação geral; a primeira, em suma, a tornar-se letrada no pleno sentido deste termo, e a transmitir-nos o seu conhecimento letrado.

(Fragmento adaptado de Eric A. Havelock. **A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais.** Trad. de Ordep José Serra. São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.45-6)

1. A civilização greco-romana é vista no texto como
- (A) muito sedutora para o homem de hoje, que é inconscientemente levado à indistinção entre passado e presente.
 - (B) modelo a ser seguido em todas as áreas do conhecimento humano, da poesia à arquitetura.
 - (C) ainda vibrante nos livros de história e nas obras clássicas, a despeito das diferenças marcantes que a separam de nossa cultura.
 - (D) viva e pulsante, porquanto atualizada na permanência da escrita na base da cultura contemporânea.
 - (E) um mundo encantado, povoado por criaturas mortais e imortais trazidas até nós por meio dos textos escritos.

2. A referência à **escrita** como **tecnologia** justifica-se
- (A) pela modernidade dessa invenção, que só viria a ser plenamente utilizada em nosso próprio tempo.
 - (B) por tratar-se de uma técnica, método ou processo desenvolvido para determinada atividade humana.
 - (C) pelo fato de que essa invenção contém virtualmente todas as conquistas da tecnologia de ponta de nosso tempo.
 - (D) pela liberdade poética que o autor se concede, pois a atividade da escrita não pode ser propriamente chamada de tecnológica.
 - (E) por estar associada ao contexto da Antiguidade, em que os inventos mais simples eram denominados tecnológicos.

3. O segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:
- (A) *letrada no pleno sentido deste termo* = registrada no significado amplo da palavra
 - (B) *encarnação da princesa homérica* = emulação da extraordinária aristocrata
 - (C) *irreversível compromisso entre o passado e o presente* = inalienável acordo entre dois tempos
 - (D) *legado que provê o fundamento* = testamento que antecipa o resultado
 - (E) *clichê usado para exprimir* = lugar-comum empregado para expressar

4. *Seja qual for a resposta, em seu poema ele lhe dizia que sua beleza era maior do que a de uma mortal.*
- O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:
- (A) ... *como um legado que provê o fundamento de nossas sensibilidades.*
 - (B) *Poe certamente acreditava nisso...*
 - (C) ... *a primeira capaz de dar à palavra escrita uma circulação geral...*
 - (D) ... *a primeira, em suma, a tornar-se letrada no pleno sentido deste termo...*
 - (E) *Eis aí duas culturas, a grega e a romana, que na Antiguidade se reuniram para...*

5. Ao se substituir um elemento de determinado segmento do texto, o pronome foi empregado de modo INCORRETO em:
- (A) *e mantém seu ser* = e lhe mantém
 - (B) *é dedicado [...] a uma mulher* = lhe é dedicado
 - (C) *reviver acontecimentos passados* = revivê-los
 - (D) *para criar uma civilização comum* = para criá-la
 - (E) *que provê o fundamento* = que o provê



6. ... pois assim se via transportado de volta "à glória que foi a Grécia e à grandeza que foi Roma".

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) *Poe certamente acreditava nisso...*
- (B) *Se Grécia e Roma foram, para Poe, uma espécie de casa...*
- (C) *... ainda seja por nós obscuramente sentido como verdadeiro, embora não de modo consciente.*
- (D) *... como um legado que provê o fundamento de nossas sensibilidades.*
- (E) *Seria ela efetivamente, para o poeta, uma encarnação da princesa homérica?*

7. Atente para as afirmações abaixo sobre a pontuação empregada em segmentos transcritos do texto.

I. *Eis aí duas culturas, a grega e a romana, que na Antiguidade se reuniram para criar uma civilização comum...*

A substituição das vírgulas por travessões redundaria em prejuízo para a correção e a lógica.

II. *Se Grécia e Roma foram, para Poe, uma espécie de casa...*

A retirada simultânea das vírgulas não implicaria prejuízo para a correção e a lógica.

III. *... a primeira, em suma, a tornar-se letrada no pleno sentido deste termo, e a transmitir-nos o seu conhecimento letrado.*

A vírgula colocada imediatamente depois de *termo* é facultativa.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

8. ... assim [ele] se via transportado de volta "à glória que foi a Grécia e à grandeza que foi Roma".

Ambos os sinais indicativos de crase devem ser mantidos caso o segmento sublinhado seja substituído por:

- (A) enaltecia.
- (B) louvava.
- (C) aludia.
- (D) mencionava.
- (E) evocava.

Matemática e Raciocínio Lógico

9. Um casal de idosos determinou, em testamento, que a quantia de R\$ 4.950,00 fosse doada aos três filhos de seu sobrinho que os ajudara nos últimos anos. O casal determinou, também, que a quantia fosse distribuída em razão inversamente proporcional à idade de cada filho por ocasião da doação. Sabendo que as idades dos filhos eram 2, 5 e x anos respectivamente, e que o filho de x anos recebeu R\$ 750,00, a idade desconhecida é, em anos,

- (A) 4.
- (B) 6.
- (C) 7.
- (D) 8.
- (E) 9.

10. Em fevereiro de 2012, quatro irmãos, todos nascidos em janeiro, respectivamente nos anos de 1999, 1995, 1993 e 1989, se reuniram para abrir o testamento do pai que havia morrido pouco antes. Estavam ansiosos para repartir a herança de R\$ 85.215,00. O texto do testamento dizia que a herança seria destinada apenas para os filhos cuja idade, em anos completos e na data da leitura do testamento, fosse um número divisor do valor da herança. Os filhos que satisfizessem essa condição deveriam dividir igualmente o valor herdado. O que cada filho herdeiro recebeu foi

- (A) R\$ 85.215,00.
- (B) R\$ 42.607,50.
- (C) R\$ 28.405,00.
- (D) R\$ 21.303,75.
- (E) R\$ 0,00.

11. O dono de uma obra verificou que, com o ritmo de trabalho de 15 trabalhadores, todos trabalhando apenas 4 horas por dia, o restante de sua obra ainda levaria 12 dias para ser encerrado. Para terminar a obra com 9 dias de trabalho o dono da obra resolveu alterar o número de horas de trabalho por dia dos trabalhadores. Com a proposta feita, cinco trabalhadores se desligaram da obra. Com o pessoal reduzido, o número de horas de trabalho por dia aumentou ainda mais e, mesmo assim, houve acordo e as obras foram retomadas, mantendo-se o prazo final de 9 dias. Após três dias de trabalho nesse novo ritmo de mais horas de trabalho por dia, cinco trabalhadores se desligaram da obra. O dono desistiu de manter fixa a previsão do prazo, mas manteve o número de horas de trabalho por dia conforme o acordo. Sendo assim, os trabalhadores restantes terminaram o que faltava da obra em uma quantidade de dias igual a

- (A) 42.
- (B) 36.
- (C) 24.
- (D) 8.
- (E) 12.

**Legislação**

12. Gerson, ao retornar do trabalho, foi surpreendido com a presença dos bombeiros no quintal de sua casa, pois estavam realizado o resgate de cinco pessoas, que foram soterradas pelo deslizamento de terra do morro nos fundos do seu imóvel. Os bombeiros foram obrigados a demolir parte da casa de Gerson para poder posicionar uma máquina a fim de auxiliar no resgate, causando extremo dano no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) ao imóvel. Segundo inciso XXV do artigo 5º da Constituição Federal, os danos causados pela autoridade competente na casa de Gerson:
- (A) não serão indenizados porque era caso de perigo público.
(B) serão passíveis de indenização ulterior.
(C) não serão indenizados porque os Bombeiros estão autorizados, em caso de perigo público, a ingressar em qualquer imóvel.
(D) serão indenizados até o limite máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
(E) serão indenizados até o limite máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
13. Jorginho, menor de impúbere, teria sido abandonado por sua mãe, Maria. Mediante tal alegação, Marcos, pai de Jorginho, ingressou com a ação competente e pediu a guarda de seu filho ao Poder Judiciário. Segundo o inciso LX do artigo 5º da Constituição Federal, a autoridade judicial:
- (A) não assegurará à Maria o contraditório e ampla defesa porque abandonou Jorginho.
(B) admitirá, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos no interesse do menor.
(C) pode restringir a publicidade dos atos processuais em defesa da intimidade.
(D) instituirá juízo de exceção e julgará Maria culpada sumariamente por ter abandonado Jorginho.
(E) condenará Maria à pena de banimento por ter abandonado Jorginho.
14. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, NÃO se inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público:
- (A) promover ação popular para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
(B) defender judicialmente os direitos e interesses da população indígena.
(C) promover, privativamente, ação penal pública, na forma da lei.
(D) requisitar diligências investigatórias e instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
(E) promover ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
15. Compete ao Sub-Procurador-Geral de Justiça em Assuntos Institucionais, dentre outras atribuições:
- (A) praticar atos relativos à administração geral e execução orçamentária do Ministério Público.
(B) coordenar os serviços das assessorias administrativas.
(C) dirigir as atividades funcionais e os serviços técnicos e administrativos.
(D) promover a participação e o fortalecimento da sociedade civil no acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, administração geral e execução.
(E) coordenar os serviços das assessorias técnicas em matéria cível e criminal.

16. Considere:

- I. Solicitar o funcionário público para si, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
II. Deixar o funcionário público de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer sentimento pessoal.

Essas condutas tipificam, respectivamente, os delitos de:

- (A) corrupção ativa e prevaricação.
(B) corrupção ativa e condescendência criminosa.
(C) prevaricação e condescendência criminosa.
(D) corrupção ativa e corrupção passiva.
(E) corrupção passiva e prevaricação.

17. Dar causa à instauração de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que sabe inocente:

- (A) configura o delito de comunicação falsa de crime.
(B) configura o delito de denúncia caluniosa.
(C) configura o delito de fraude processual.
(D) configura o delito de auto-acusação falsa.
(E) não tem relevância penal, porque a ação de improbidade administrativa é ação cível.

Informática

18. No *Microsoft Word 2007* ou superior é possível salvar arquivos no formato de texto *Open Document*, usado por alguns aplicativos de processamento de texto, como o *OpenOffice.org Writer* e o *Google Docs*. A extensão de um arquivo salvo no formato de documento citado acima é:

- (A) .odt
(B) .pdf
(C) .xps
(D) .mdb
(E) .pps

19. No *Microsoft Excel 2007* o conteúdo de uma célula aparece, por padrão, com orientação horizontal. Para mudar o conteúdo dessa célula para orientação vertical, ou seja, para fazer com que o conteúdo da célula apareça no sentido vertical, pode-se clicar com o botão direito do mouse sobre a célula desejada e selecionar a opção:

- (A) Alinhamento. Em seguida, clica-se na opção Definir Como e, na caixa de diálogo que aparece, seleciona-se a opção alinhamento vertical.
(B) Rotação. Em seguida, seleciona-se o sentido vertical ou digita-se o grau de rotação do texto.
(C) Formatar alinhamento. Em seguida, clica-se na opção Alinhamento do texto e, na janela que se abre, seleciona-se a opção Alinhamento Vertical.
(D) Texto Vertical. Em seguida, seleciona-se o grau de rotação do texto e clica-se no botão Aplicar ao texto selecionado.
(E) Formatar células. Em seguida clica-se na guia Alinhamento e, na divisão Orientação, seleciona-se o sentido vertical ou digita-se o grau de rotação do texto.

20. No *Libre Office Calc*, a função que retorna a data e hora atual do computador é chamada:

- (A) HoraAtual().
(B) Agora().
(C) DataHora().
(D) Tempo().
(E) Horário().



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com a Resolução NBC T 16-10 do Conselho Federal de Contabilidade, em relação aos critérios de avaliação e mensuração de ativos em entidades do setor público, é correto afirmar:

- (A) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do fato contábil correspondente, e sem qualquer atualização posterior.
- (B) As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método do custo de aquisição.
- (C) Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente.
- (D) Para mensuração e avaliação das saídas dos estoques, podem ser usados os métodos PEPS (Primeiro que entra é o primeiro que sai) ou o UEPS (o último que entra é o primeiro que sai).
- (E) As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, sendo vedada sua atualização, que é permitida apenas por ocasião de seu resgate.

22. É uma variação patrimonial diminutiva do ente público:

- (A) arrecadação da receita orçamentária.
- (B) depreciação de imóveis.
- (C) ganhos na alienação de ativos.
- (D) alienação de ativos.
- (E) concessão de empréstimos a terceiros.

23. É um exemplo de receita extraorçamentária:

- (A) receita patrimonial.
- (B) multas e juros sobre a dívida ativa.
- (C) receita da alienação de bens imóveis.
- (D) receita de juros de aplicações financeiras.
- (E) depósitos recebidos em procedimentos licitatórios.

24. O lançamento correspondente ao pagamento de um bem do imobilizado adquirido a prazo pelo ente público é:

- (A) D Crédito Orçamentário Disponível
C Crédito Empenhado a Liquidar
- (B) D Imobilizado
C Fornecedores
- (C) D Variações Quantitativas Decorrentes da Despesa Orçamentária
C Despesa de Capital
- (D) D Fornecedores
C Bancos Conta Movimento
- (E) D Fornecedores
C Imobilizado

25. Ocorre economia de despesas no Balanço Orçamentário quando a:

- (A) despesa realizada é menor que a despesa fixada.
- (B) despesa fixada é menor que a receita arrecadada.
- (C) receita arrecadada é menor que a despesa fixada.
- (D) despesa fixada é menor que a receita prevista atualizada.
- (E) despesa realizada é menor que a receita arrecadada.

26. No Balanço Financeiro de um ente público, levantado de acordo com as normas previstas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, foram extraídas as seguintes informações, em R\$:

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte.....	300.000,00
Transferências Financeiras Concedidas.....	20.000,00
Recebimentos Extraorçamentários.....	60.000,00
Pagamentos Extraorçamentários.....	50.000,00
Transferências Financeiras Recebidas.....	90.000,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior.....	270.000,00

É correto concluir que:

- (A) houve um superávit orçamentário de R\$ 30.000,00.
- (B) as despesas fixadas foram maiores que as despesas realizadas.
- (C) ocorreu um déficit orçamentário de R\$ 50.000,00.
- (D) as receitas arrecadadas foram superiores às previstas.
- (E) o resultado orçamentário foi nulo.

27. É uma variação patrimonial qualitativa a ser evidenciada na Demonstração das Variações Patrimoniais:

- (A) aquisição de bens imóveis.
- (B) ganho na alienação de bens móveis e imóveis.
- (C) juros recebidos por empréstimos concedidos a terceiros.
- (D) remuneração de aplicações financeiras.
- (E) benefícios sociais concedidos.

28. A demonstração contábil do setor público onde estão discriminados os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública, dentre outros itens, é denominada:

- (A) Balanço Social.
- (B) Balanço Financeiro.
- (C) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (D) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (E) Balanço Orçamentário.



29. Em relação aos princípios orçamentários, é correto afirmar:
- (A) De acordo com o princípio da clareza, o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas referentes aos três poderes do ente público federativo.
 - (B) O princípio da exclusividade dispõe que o conteúdo orçamentário deve ser divulgado por meio de veículos oficiais de comunicação, para conhecimento público e para a eficácia de sua validade.
 - (C) O princípio da não afetação de receitas é obedecido quando, na peça orçamentária, o montante da despesa orçamentária fixada não exceder a receita prevista para o período.
 - (D) O princípio do orçamento bruto afirma que é vedada a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, ressalvadas as exceções previstas na Constituição.
 - (E) A proibição de consignação de dotações globais na Lei do Orçamento, destinadas a atender despesas de diversas naturezas sem discriminá-las, está em consonância com o que estatui o princípio da especificação.
30. É uma despesa de capital:
- (A) aquisição de serviços de terceiros.
 - (B) aquisição de material permanente.
 - (C) juros pagos por empréstimos recebidos pelo ente público.
 - (D) subvenção recebida de outro ente público.
 - (E) salários pagos a inativos e pensionistas.
31. O empenho:
- (A) nunca poderá ser feito por estimativa, por ser ato que demanda exatidão absoluta.
 - (B) pode exceder o limite dos créditos concedidos no orçamento público.
 - (C) pode ser posterior à realização da despesa.
 - (D) é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento.
 - (E) é a diligência com que o responsável pela despesa a executa.
32. Em relação aos créditos adicionais, é correto afirmar que:
- (A) é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes para financiá-lo.
 - (B) o crédito especial destina-se ao reforço de categoria de programação orçamentária já existente.
 - (C) o crédito extraordinário destina-se a financiar despesas para as quais haja recursos insuficientes na categoria de programação orçamentária específica.
 - (D) os créditos adicionais são classificados em créditos complementares, créditos específicos e créditos extraordinários.
 - (E) os créditos complementares e extraordinários terão vigência unicamente no exercício financeiro em que forem autorizados.
33. Analise as afirmações a seguir, relativas à Lei da Responsabilidade Fiscal:
- I. O Balanço Orçamentário é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal.
 - II. O Relatório da Gestão Fiscal será acompanhado de demonstrativo relativo à apuração da evolução da receita líquida do ente público.
 - III. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária conterá, se for o caso, as justificativas da limitação do empenho.
 - IV. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária deve ser acompanhado por demonstrativo detalhado de Restos a Pagar.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
34. Está correto afirmar:
- (A) Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar, sendo que esse prazo não é interrompido pelo cancelamento da inscrição da despesa nessa rubrica.
 - (B) A concessão de suprimento de fundos poderá ser feita a servidor declarado em alcance.
 - (C) Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente deverão ser pagos como despesas de exercícios anteriores.
 - (D) São classificadas como restos a pagar processados as despesas legalmente empenhadas e que não tenham sido liquidadas no exercício financeiro.
 - (E) A concessão de suprimento de fundos independe de prévio empenho da despesa correspondente.
35. Em relação às licitações e contratos celebrados pelo Poder Público, é correto afirmar que:
- (A) nos processos de licitação, o agente público sempre poderá estabelecer tratamento diferenciado para empresas estrangeiras, quando envolvidos financiamentos de agências internacionais.
 - (B) nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
 - (C) convite é a modalidade de licitação realizada entre interessados devidamente cadastrados, desde que todos tenham a necessária qualificação.
 - (D) os contratos administrativos efetuados pelos agentes públicos regulam-se pelas suas cláusulas e os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, aplicando-se-lhes, supletivamente, os preceitos de direito público.
 - (E) nos contratos que envolvam prestação de garantia, esta nunca excederá a quatro por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições previstas nos contratos.



36. Em relação aos Princípios de Contabilidade constantes na Resolução CFC nº 750/93, é correto afirmar que:
- (A) os aspectos formais das transações devem prevalecer sobre a sua essência.
 - (B) a soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos resulta em nova entidade.
 - (C) o Princípio da Prudência pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio devem levar em conta esta circunstância.
 - (D) valor justo é aquele pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.
 - (E) o Princípio da Continuidade pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.
-
37. Uma entidade com fins lucrativos iniciou suas atividades em 02/02/2011 com um total de ativos equivalentes a R\$ 650.000,00, correspondentes à integralização de capital por parte dos sócios em bens e direitos. Até 31-12-2011, em relação à situação original, o total de ativos dobrou de valor e o patrimônio líquido aumentou de valor em 60%. O valor do Passivo dessa na referida data correspondeu, em R\$, a:
- (A) 650.000,00.
 - (B) 390.000,00.
 - (C) 260.000,00.
 - (D) 1.040.000,00.
 - (E) 820.000,00.
-
38. Considere a lista de contas a seguir:
- Duplicatas Descontadas
 - Receita da venda de bens do Ativo Não Circulante
 - Despesas com Pesquisa de Produtos
 - Despesas Antecipadas
 - Resultado da Equivalência Patrimonial
 - Reversão de Provisões
 - Depreciação Acumulada
 - Ágio na aquisição de Investimentos
 - Ganhos líquidos em mercado de renda variável
 - Juros sobre o capital próprio a pagar
 - Receitas Diferidas
- O número total de contas de resultado constante dessa lista é:
- (A) 4
 - (B) 5
 - (C) 6
 - (D) 7
 - (E) 8
-
39. As demonstrações contábeis obrigatórias para as sociedades por ações de capital aberto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com as modificações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 são:
- (A) Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - (B) Demonstração dos Fluxos de Caixa, Balancete de Verificação, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - (C) Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - (D) Balanço ou balancete de suspensão ou redução do imposto por estimativa, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - (E) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado do Exercício.



Instrução: Para responder às questões de números 40 a 42, utilize os dados do Balancete de Verificação abaixo.

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO – CIA. GAMA – 31-12-2011 – EM R\$		
Contas	Saldos devedores	Saldos credores
Disponível	350.000,00	
Duplicatas a Receber	400.000,00	
Duplicatas Descontadas		250.000,00
Estoques	450.000,00	
Seguros a Vencer	50.000,00	
Impostos a Recuperar	90.000,00	
Fornecedores		397.000,00
Impostos a recolher		160.000,00
Empréstimos a Longo Prazo		193.000,00
Empréstimos a Coligadas	100.000,00	
Participação Societária – Cia. B	200.000,00	
Participação Societária – Cia. C	180.000,00	
Capital		850.000,00
Imobilizado	900.000,00	
CSLL a Pagar		28.000,00
Imposto de Renda a Pagar		45.000,00
Depreciação Acumulada		360.000,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		70.000,00
Receita de Vendas		640.000,00
Despesas Administrativas	207.000,00	
Despesas Financeiras	40.000,00	
Custo das Mercadorias Vendidas	190.000,00	
Resultado da Equivalência Patrimonial		160.000,00
Reversão de Provisões		20.000,00
Receitas Financeiras		57.000,00
Despesas com tributos sobre o lucro	73.000,00	
TOTAL	3.230.000,00	3.230.000,00

40. O valor total do Ativo Circulante, constante do Balanço Patrimonial da Cia Gama encerrado em 31-12-2011, equivaleu, em R\$, a

- (A) 1.030.000,00
- (B) 1.130.000,00
- (C) 1.190.000,00
- (D) 1.040.000,00
- (E) 1.090.000,00

41. O lucro líquido do exercício, constante da Demonstração do Resultado do Exercício da Cia Gama em 2011 foi igual, em R\$, a:

- (A) 437.000,00
- (B) 322.000,00
- (C) 297.000,00
- (D) 397.000,00
- (E) 367.000,00



42. O índice de liquidez corrente da companhia em 31-12-2011, calculado com base nos dados do Balanço Patrimonial da mesma data, expresso em percentagem, foi:

- (A) 173%
- (B) 181%
- (C) 160%
- (D) 165%
- (E) 176%

43. A Cia. Industrial Cajaíba registrava, em 31-12-2010, os seguintes valores nas contas do Balanço, relativos a estoques, em R\$:

Materiais.....	80.000,00
Produtos em Processo.....	60.000,00
Produtos Acabados.....	95.000,00

Durante o ano de 2011, a contabilidade registrou as seguintes informações:

Compra de Materiais.....	100.000,00
Mão de Obra Direta.....	85.000,00
Custos Indiretos de Fabricação.....	243.000,00

Em 31-12-2011, inventariaram-se os estoques, cujos valores foram avaliados, em R\$, equivalentes a:

Materiais.....	60.000,00
Produtos em Processo.....	75.000,00
Produtos Acabados.....	92.000,00

O Custo da Produção Acabada pela companhia em 2011 correspondeu, em R\$, a:

- (A) 436.000,00
- (B) 433.000,00
- (C) 448.000,00
- (D) 430.000,00
- (E) 446.000,00

44. NÃO representa um requisito necessário para que o auditor possa conduzir adequadamente os trabalhos de assecuração das demonstrações contábeis:

- (A) ceticismo profissional.
- (B) acesso irrestrito a todas as informações necessárias para fundamentar seu parecer.
- (C) julgamento profissional.
- (D) corresponsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis da entidade auditada.
- (E) obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente.

45. É correto afirmar que o:

- (A) risco de auditoria independe do planejamento eficaz dos trabalhos a serem desenvolvidos na entidade.
- (B) risco de detecção aumenta quando se utilizam técnicas de amostragem adequadas para aplicação de testes substantivos em um grande número de itens auditados.
- (C) risco inerente em auditoria é sempre o mesmo qual quer que seja a atividade da entidade e as classes de transações e saldos que serão examinados pelo auditor.
- (D) risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.
- (E) processo da auditoria independente não sofre limitações inerentes ao próprio trabalho a ser desenvolvido e, portanto, não há risco de auditoria.

46. A revisão analítica é um procedimento que consiste

- (A) no exame de registros, documentos e de ativos tangíveis.
- (B) no acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução.
- (C) na obtenção de informações junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro ou fora da entidade.
- (D) na conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias.
- (E) na verificação do comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas.

47. De acordo com a NBC TA 705, se houver impossibilidade de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente e o auditor julgar que o possível efeito desse fato sobre as demonstrações contábeis for relevante e generalizado, ele deve emitir um relatório (nova denominação do antigo parecer de auditoria):

- (A) sem ressalva.
- (B) com abstenção de opinião.
- (C) com ressalva.
- (D) adverso.
- (E) limpo.

48. O tipo de auditoria do setor governamental que tem por objetivo emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação do dinheiro público e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados, é denominada auditoria:

- (A) operacional.
- (B) especial.
- (C) descentralizada.
- (D) de avaliação de gestão.
- (E) plena.



49. De acordo com a IN nº 01/2001 da SFC, o documento que representa a opinião do Sistema de Controle Interno sobre a exatidão e regularidade, ou não, da gestão e a adequação, ou não, das peças examinadas, é denominado:
- (A) Parecer sem ressalva.
(B) Registro de constatações.
(C) Certificado.
(D) Nota.
(E) Relatório.
50. Em relação ao disposto nos artigos 70 a 75 da Constituição Federal de 1988, que tratam da fiscalização contábil, orçamentária e financeira dos entes públicos, é correto afirmar:
- (A) Uma das atribuições do Tribunal de Contas da União é apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
(B) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União será exercida pelo Supremo Tribunal Federal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
(C) A fiscalização das contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo deve ser efetuada pela Secretaria Federal de Controle Interno.
(D) Somente prestarão contas as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem bens e valores públicos, estando as pessoas físicas que exerçam igual atividade dispensadas desse procedimento.
(E) Dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos pelo Presidente da República, independentemente de aprovação do Congresso Nacional, que deverão possuir notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
51. Analise as seguintes assertivas:
- I. Direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, exceto apenas para a preservação da intimidade e da vida privada das pessoas.
II. Direito à informação, no tocante a dados relativos ao indivíduo em si, constantes de registros ou banco de dados de entes governamentais ou de caráter público, assegurado pelo *habeas data*.
III. Direito de obter certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
IV. Direito de acesso a informações, resguardado sempre o sigilo da fonte.
- No que concerne aos desdobramentos do princípio da publicidade, está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e III.
(B) I e IV.
(C) II e III.
(D) III e IV.
(E) I.
52. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, nos casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, se comprovado superfaturamento, respondem pelo dano causado à Fazenda Pública, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis:
- (A) solidariamente o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável.
(B) o fornecedor ou o prestador de serviços e, subsidiariamente, o agente público responsável.
(C) apenas os fornecedores ou prestador de serviços.
(D) apenas os agentes públicos responsáveis.
(E) o agente público responsável e, subsidiariamente, o fornecedor ou o prestador de serviços.
53. Com relação ao imposto, de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos, considere:
- I. Tem como fato gerador, dentre outros, a cessão de direitos relativos às transmissões, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.
II. Tem como fato gerador, dentre outros, a cessão de direitos relativos às transmissões, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil.
III. O imposto compete ao Estado da situação do imóvel transmitido, ou sobre que versarem os direitos cedidos, exceto se a mutação patrimonial decorra de sucessão aberta no estrangeiro.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II e III.
(B) I e III.
(C) I e II.
(D) I.
(E) II.
54. As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, em regra, quanto aos seus efeitos normativos, entram em vigor
- (A) 30 dias após a data da sua publicação.
(B) na data da sua publicação.
(C) 45 dias após a data da sua publicação.
(D) 90 dias após a data da sua publicação.
(E) 180 dias após a data da sua publicação.



55. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará em primeiro lugar
- (A) a equidade e em último lugar os princípios gerais de direito público.
- (B) os princípios gerais de direito tributário e em último lugar os princípios gerais de direito público.
- (C) a analogia e em último lugar a equidade.
- (D) a analogia e em último lugar os princípios gerais de direito público.
- (E) a equidade e em último lugar os princípios gerais de direito tributário.
-
56. As OSCIPS (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público):
- (A) estão dispensadas de elaborar as demonstrações contábeis.
- (B) podem firmar termos de parceria com o Estado, não sujeitos à Lei de Licitações.
- (C) não estão sujeitas à prestação de contas de gastos de dinheiro público.
- (D) estão isentas de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
- (E) estão impedidas de remunerar seus dirigentes, mesmo que atuem efetivamente na gestão executiva, sob pena de perder os benefícios fiscais que gozam.
-
57. Em relação às normas contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos que constituem o denominado "Terceiro Setor", analise:
- I. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da entidade, são contabilizadas em contas de receita.
- II. As receitas de doações, subvenções e contribuições recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, devem ser registradas em contas próprias segregadas das demais contas da entidade.
- III. O valor do superávit ou déficit do exercício deve ser registrado diretamente na conta Patrimônio Social, a qual deverá ser estornada caso a assembleia dos associados não aprove os relatórios contábeis da entidade.
- IV. As entidades beneficiadas com isenção de tributos e contribuições devem evidenciar suas receitas com e sem gratuidade de forma segregada, e os benefícios fiscais gozados.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.
-
58. Em relação à prestação de contas de que trata a Resolução RES-PGJ nº 008/2010, é correto afirmar:
- (A) A fundação tem até o último dia útil do mês de setembro do ano subsequente ao exercício financeiro para apresentar a prestação de contas à Promotoria de Justiça competente.
- (B) A prestação de contas deve ser entregue somente na respectiva Promotoria de Justiça da comarca onde está localizada a sede da fundação, independentemente desta possuir filiais localizadas no território estadual.
- (C) Se a fundação não apresentar as contas em tempo hábil, o Promotor de Justiça competente não concederá prazo adicional e determinará a realização imediata de auditoria externa.
- (D) As prestações de contas das fundações no âmbito do Estado de Pernambuco serão apresentadas ao Ministério Público por meio do SICAP, Sistema de Cadastro e Prestação de Contas.
- (E) No processo de auditoria, a fundação está dispensada de apresentar o montante de suas contas correntes em instituições financeiras, uma vez que ela está protegida pela lei do sigilo bancário.
-
59. A soma dos valores de dois capitais é igual a R\$ 130.000,00. O capital de menor valor é aplicado a juros simples, durante 15 meses, com uma taxa de 9,6% ao ano. O outro capital é aplicado a juros compostos, durante um ano, com uma taxa de 4% ao semestre apresentando um total de juros igual a R\$ 6.528,00 no final do período. O valor do montante da aplicação a juros simples, no final do período correspondente, é igual a
- (A) R\$ 50.400,00.
- (B) R\$ 53.760,00.
- (C) R\$ 55.200,00.
- (D) R\$ 56.000,00.
- (E) R\$ 57.500,00.
-
60. Dois títulos de valores nominais iguais são descontados, na data de hoje, com uma taxa de desconto de 2% ao mês. O primeiro título foi descontado 4 meses antes de seu vencimento segundo uma operação de desconto comercial simples. O segundo título foi descontado 3 meses antes de seu vencimento segundo uma operação de desconto racional simples. Se o valor presente do segundo título apresentou um valor de R\$ 20.000,00, então a soma dos valores dos descontos dos dois títulos é igual a
- (A) R\$ 2.400,00.
- (B) R\$ 2.896,00.
- (C) R\$ 3.100,00.
- (D) R\$ 3.304,00.
- (E) R\$ 3.392,00.